

PMPP, CESTA E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO...

Depois da euforia e promessas veio a insatisfação



Dentre as reivindicações que estão sendo resolvidas com lentidão letárgica, estão o PMPP e o Grupo dos Prehab/Funcef. "A SPC que cabe encaminhar o Novo Plano dia 23 de maio, com ofício e nota técnica nos devolveu com uma série de questionamentos. A pessoa que fez análise do PMPP não conseguiu fazer de forma convincente", explicou Carlos Alberto Caser.

Questionado se havia uma data prevista para o anúncio da resolução do problema envolvendo assistidos do Plano, o diretor de Controladoria da Funcef não foi otimista declarando "que estamos respondendo a Nota Técnica enviada pela SPC, por isso não há previsão".

Por sua vez, a reunião realizada no Rio, no final de maio na qual participaram Carlos Alberto Caser e os 40 ex-dirigentes da Prehab/Funcef. De acordo com Carlos Alberto Caser durante o encontro foi feita uma análise de que era possível resgatar. A previdência diz que os ex-dirigentes estão condicionando a questão para o âmbito jurídico e decidiram que a ação é prioridade. "A reunião foi boa pois foi colocada num patamar constante Caixa e Prehab. O papel da Funcef foi como mediadora, pois não tem gerência Prehab Caixa mediador". Ao final, Caser elogiou o papel importante desempenhado pela APACEF/RJ mentora da reunião. "A exemplo do PMPP, o diretor da Funcef não deixou prazos definidos.

"HÁ UM PROCESSO CAIXA, SPC E FUNCEF QUE ATRASA O PMPP DE FORMA DESNECESSÁRIA"

Trabalho e Determinação



20 de outubro de 2006: solenidade marcou o ingresso dos assistidos do extinto fundo PMPP à FUNCEF

No Relatório de Gestão 2006, a Funcef destaca ingresso dos assistidos no ex-PMPP. Na verdade só foi contemplado metade dos assistidos do Plano

Pela imediata implantação do novo Estatuto da Funcef

É injustificável a demora na implantação do Novo Estatuto da Funcef, há um ano em tramitação na Caixa e nas instâncias governamentais, desde que foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação, em maio de 2006.

No âmbito da Caixa, a concordância do Conselho Diretor foi manifestada em agosto de 2006 e a do Conselho de Administração só veio em 29 de janeiro deste ano. Desde então, os procedimentos para a ratificação definitiva do Estatuto estão em compasso de espera, sem que ninguém assuma a responsabilidade pela concretização do processo.

Após a aprovação do Conselho de Administração da Caixa, passou-se a aguardar apenas os pronunciamentos finais do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), mas nada mais ocorreu desde então.

É importante lembrar que o Novo Estatuto da Funcef é produto de um esforço coletivo, do qual participaram representantes dos associados, da fundação e da patrocinadora, que se reuniram em Grupo de Trabalho com composição paritária. Entre os seus

destaques, estão os avanços obtidos no processo de democratização da gestão da Funcef, com a definição de composição paritária em todas as instâncias, e com a implantação dos comitês de assessoramento (Auditoria, Benefícios, Ética e Investimentos).

O Fórum de Dirigentes das Entidades e de Representantes Eleitos para a Funcef atribui tanto à Caixa como aos órgãos governamentais a responsabilidade pela imediata implantação do Novo Estatuto. O entendimento é o de que cabe à direção da empresa agir para que o processo tramite com celeridade no Dest e na SPC e seja concluído o mais rápido possível.

O Fórum de Dirigentes das Entidades e de Representantes Eleitos para a Funcef foi criado em 26 de abril, ocasião em que decidiu, por unanimidade, se pronunciar sobre as inaceitáveis prolações que estão a impedir a implantação do Novo Estatuto.

"É importante lembrar que o Novo Estatuto da Funcef é produto de um esforço coletivo, do qual participaram representantes dos associados, da fundação e da patrocinadora, que se reuniram em Grupo de Trabalho com composição paritária"

Contraf/CUT: calendário da campanha pela isonomia nos bancos públicos

Confederação intensifica campanha pela isonomia entre os trabalhadores dos bancos públicos federais

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) preparou um calendário de atividades para intensificar a pressão sobre o Congresso Nacional (deputados federais e senadores) pela aprovação do projeto de lei 6.295/05, que prevê a isonomia de direitos entre os trabalhadores dos bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste/BNB e Banco da Amazônia/Basa). Os autores desse projeto de lei são os deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE – hoje senador) e Daniel Almeida (PCdoB/BA).

No calendário da Contraf/CUT consta o dia 30 de junho como data final para a coleta de assinaturas do abaixo-assinado em favor da isonomia nos bancos públicos federais. Campanha com este objetivo foi lançada no último dia 17 de abril em todo o país, para pressionar os parlamentares a corrigirem parte das injustiças da era

Fernando Henrique Cardoso.

Uma das atividades previstas é o encontro nacional pela isonomia dos trabalhadores dos bancos públicos federais, a ser realizado no início de julho com o objetivo de ampliar a mobilização e aprovar uma proposta que será encaminhada para as direções dos bancos federais. A Contraf/CUT pretende ainda elaborar uma proposta de isonomia por banco, a ser aprovada no encontro nacional.

Como forma de ampliar a mobilização e aquecer as turbinas da luta pela isonomia, a Contraf/CUT orienta os sindicatos de bancários a organizarem atos nas matrizes e principais unidades nos estados. Também deverá ser organizado, em meados de julho, um Dia Nacional de Luta por isonomia nos bancos públicos federais. Para isso será divulgada, nos próximos dias, proposta de matérias de campanha com logomarca específica, além de proposta de atividade para o Dia Nacional de Luta.

FMI de olho nos Fundos de Pensão

Os fundos de pensão brasileiros estão ganhando destaque no exterior e despertando o interesse de instituições como o FMI. Uma comitiva da instituição desembarcou no país, dia 23 de maio, para saber como funciona o setor de previdência complementar nacional e escolheu a Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, para conhecer o funcionamento do sistema. Hoje, a comitiva se reúne com o presidente da entidade, Guilherme Lacerda, em Brasília.